DIÁRIO OFICIAL

Piracicaba, 17 de setembro de 2014

PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 3.741, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o uso, a título precário e oneroso, das dependências do Parque Engenho Central, ao Microempreendedor Individual Rafael Assugeni, (AXX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS), para a realização do evento "HOLI FEST" e dá outras providências.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no § 5º do art. 44 da Lei Orgânica do Município de Piracicaba a qual estabelece que "o uso de bens municipais por terceiros pode ser feito mediante autorização se o interesse público exigir, sendo que a autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria para atividades ou usos específicos e transitórios e pelo prazo máximo de sessenta dias",

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso, a título precário e oneroso, ao Microempreendedor Individual Rafael Assugeni (AXX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS), inscrito no CNPJ sob nº 20.734.561/0001-21, localizada à Rua Dona Santina, nº 1.043, Bairro São Luiz, Piracicaba/SP, CEP 13.405-367, representado por RAFAEL ASSUGENI, portador do RG nº 32.773.993-9 e do CPF nº 219.209.028-56, das dependências do Parque Engenho Central, especificamente de 5.000m² de pátio e dos sanitários, para a realização do evento "HOLI FEST".

§ 1º A autorização que ora se outorga se dará de 18 a 21 de setembro de 2014, sendo que o evento se realizará no dia 20 de setembro de 2014, das 14h00 às 21h00.

§ 2º A presente outorga poderá ser revogada a qualquer tempo, livre de quaisquer ônus para o Município e independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

§ 3º Para a realização do evento de que trata o caput deste artigo o outorgado obriga-se a obedecer às normas e critérios do Decreto Municipal nº 5.989, de 12 de janeiro de 1993 e do Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo Município junto à Promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo de Piracicaba, objeto do Inquérito Civil nº 3238/2.013, cujo descumprimento acarretará a corresponsabilidade dos promotores do evento, principalmente em relação ao custeio das sanções decorrentes do acordo.

Art. 2º São condições da presente autorização que deverão ser observadas pelo outorgado:

I – providenciar o alvará de funcionamento de acordo com as normas vigentes neste Município e apresentá-lo até às 14h00 horas do dia 17 de setembro de 2014, à Secretaria Municipal da Ação Cultural, sem o qual o evento não se realizará;

II – pagar todos os tributos, taxas e/ou preços públicos de sua responsabilidade e apresentar cópias dos comprovantes de pagamento à outorgante, 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento;

III - responsabilizar-se pela segurança do local, nela incluída a de todas as pessoas presentes e do Patrimônio Público, podendo, para tanto, contratar empresa especializada;

IV – realizar, previamente, vistoria no local, manifestando-se expressamente sobre a infraestrutura básica, bem como sobre as demais condições, assinando o Termo de Responsabilidade, parte integrante desta Portaria;

V - os serviços de água, luz e rede de alimentação elétrica, tanto no consumo como nas instalações, serão de responsabilidade da outorgante, considerando-se tais serviços como a infraestrutura básica já existente no Parque Engenho Central, porém, eventuais extensões desses serviços correrão por conta e risco do outorgado, desde que devidamente autorizadas pela outorgante;

VI – qualquer dano nas instalações de equipamentos ou, ainda, o seu uso indevido, sem consulta prévia por parte do outorgado, acarretará na sua recuperação, reposição total e ou parcial, sempre às expensas do outorgado, tendo em vista tratar-se de patrimônio histórico tombado pelo CODEPAC e pelo CONDEPHAAT, sendo que qualquer interferência no Parque se caracterizará em crime de responsabilidade;

VII – para montagem do evento não será permitido o uso de edifícios e elementos arquitetônicos do Parque Engenho Central para suporte ou fixação de equipamentos e instalações;

VIII – o acesso de serviço será feito sempre pela entrada da Rua Maurice Allain (Ponte do Mirante);

IX – o horário de acesso para serviço e permanência de empregados na montagem ficará a cargo do outorgado, até 01 (uma) hora antes do início do evento, sendo permitidos somente veículos e pessoas devidamente credenciados pela Administração do Parque e pela outorgada, com os respectivos cartões afixados no retrovisor dos automóveis e pessoas portando crachás personalizados;

X – os acessos do público serão orientados e autorizados pela Administração do Parque, através da Avenida Beira Rio (Passarela Pênsil), Rua Maurice Allain (Parque do Mirante);

XI – nos acessos haverá, além da segurança prevista nesta Portaria, a presença de, no mínimo, 01 (um) representante do outorgado, devidamente identificado e com poderes para solução de eventuais ocorrências;

XII – os estacionamentos de veículos antes, durante e após o evento serão regulados pelos dispositivos que se seguem:

a) será permitido o acesso e a permanência dentro das dependências do Parque Engenho Central, apenas dos veículos devidamente credenciados pelo outorgado que conduzam os materiais e equipe técnica, os quais deverão realizar todos os serviços até, no máximo, às 10h00 do dia 20/09/14; b) após o horário estipulado na alínea anterior, os veículos credenciados deverão permanecer na área de estacionamento defronte à balança, evitando assim, transtornos ao andamento do evento; c) terão livre acesso os veículos de segurança pública e os carros oficiais da Prefeitura.

XIII – é de inteira responsabilidade do outorgado a montagem e instalação do evento, bem como sua programação, contratação, pagamento de pessoal para organização;

XIV – o outorgado também deverá se responsabilizar por manter zeladores/cuidadores nos sanitários masculino e feminino, bem como pelo fornecimento de material de limpeza (papel higiênico, papel toalha, lixeiras, saco de lixo, desinfetante, sabonete, vassoura, pano para limpeza) em quantidade suficiente para atender ao porte do evento;

a) tal cálculo terá por base planilha oferecida pela SEMAC; b) para eventos acima de 5 mil pessoas o outorgado deverá contratar o serviço de sanitários químicos em número suficiente para atender à demanda de público.

XV - todo o trabalho de divulgação (rádio, televisão, out-door, cartazes e outros) para boa aceitação do evento também é de responsabilidade do outorgado, podendo para tanto, contratar empresa especializada;

XVI – a montagem, manutenção e desmontagem da estrutura necessária ao evento serão de inteira responsabilidade do outorgado;

XVII – a outorgante não se responsabilizará por eventuais danos que possam ocorrer com qualquer bem do outorgado instalado no Parque Engenho Central, sendo a guarda e manutenção de todo o acervo particular de sua inteira responsabilidade;

XVIII – o outorgado deverá atender, integralmente, às determinações do Corpo de Bombeiros de Piracicaba, que prescreverá os equipamentos de segurança necessários para o evento;

XIX – a Defesa Civil, em conjunto com a Brigada de Emergência do Centro Cívico, Cultural e Educacional "Floralindo Coelho Prates", poderá, também e a qualquer tempo, vistoriar o local e tomar as providências cabíveis, inclusive interdição se os dispositivos de segurança estiverem em desacordo com o previamente exigido pelo Corpo de Bombeiros de Piracicaba;

XX - o Corpo de Bombeiros de Piracicaba fará vistoria nas instalações que, se aprovadas, receberá o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, cuja cópia também deverá ser encaminhada à SEMAC até às 14h00 do dia 17 de setembro de 2014;

XXI – o outorgado deverá apresentar à SEMFI – Secretaria Municipal de Finanças e a SEMAC, cópia autenticada do recibo bancário em nome do ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais ou declaração de dispensa de direitos autorais, preenchida conforme exigência do ECAD, desde que hajam artistas executando músicas de sua própria autoria, até às 14h00 do dia 17 de setembro de 2014, juntamente com uma declaração do ECAD de que o outorgado nada deve àquele órgão;

XXII – sempre que houver extensões na rede elétrica, hidráulica, edificação ou montagem de tendas, arquibancadas, camarotes ou outras instalações temporárias, o outorgado deverá apresentar à Secretaria Municipal da Ação Cultural, até às 14h00 do dia 17 de setembro, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;

XXIII - todos os profissionais que participarem da montagem do evento deverão estar devidamente identificados e usar, obrigatoriamente, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) indicados para cada atividade;

XXIV - caso a Administração do Parque verifique a ausência do uso dos EPI'S de que trata o inciso anterior poderá impedir à continuidade dos trabalhos, inclusive se isto prejudicar o evento, poderá optar pela revogação da presente autorização;

XXV – o outorgado deverá oficializar as polícias militar, civil, Guarda Municipal, bem como as secretarias municipais de Trânsito e Transportes (SEMUTTRAN), Defesa do Meio Ambiente (SEDEMA), Saúde (SMS) e Finanças (SEMFI) acerca da realização do evento;

XXVI – deverá o outorgado manter no local, em regime de plantão, 01 (uma) ambulância com equipe especializada e um médico, na proporção de 01 (um) equipamento para cada 5 (cinco) mil pessoas, para eventuais atendimentos de urgência.

Art. 3º Durante a realização do evento não poderá haver ruído acima do permitido na NBR nº 10151 da ABNT, para que não haja perturbação do sossego público, devendo a Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente proceder à devida fiscalização.

Art. 4º A fiscalização do evento será efetuada pela Divisão de Fiscalização da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 5º A lotação total do no Parque Engenho Central não deverá exceder a 2.500 (duas mil e quinhentas) pessoas, não podendo o outorgado colocar à venda ou disponibilizar ingressos em quantidade superior a este limite.

Art. 6º A remuneração referente a presente outorga corresponderá ao pagamento por parte do outorgado, da quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que será depositado em favor do Fundo de Apoio à Cultura – Secretaria Municipal da Ação Cultural, até as 14h00 do dia 17 de setembro de 2014, na seguinte conta: Banco do Brasil: Prefeitura Municipal de Piracicaba – Coordenadoria da Ação Cultural – Fundo de Apoio à Cultura – Conta 73.271-0 – Agência nº 6516-1.

Art. 7º Serão disponibilizados para venda ao público ingressos no valor de:
I – INTEIRA - R\$ 40,00 (quarenta reais);
II – ÁREA VIP – R\$ 80,00 (oitenta reais);
III – PROMOCIONAL – R\$ 20,00 (vinte reais).

Parágrafo único Os descontos sobre o valor dos ingressos observarão ao disposto na Lei nº 6.246, de 03 de agosto de 2008; art. 23 da Lei Federal nº 10.741, 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso; Leis Estaduais nº 7.844, de 13 de maio de 1992, nº 10.858, de 31 de agosto de 2001 e nº 12.548, de 27 de fevereiro de 2007, Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 35.606, de 03 de setembro de 1992.

Art. 8º Fica estabelecido o início da montagem do evento a partir das 08h00 do dia 18 de setembro de 2014, ficando acordado para às 18h00 do dia 21 de setembro de 2014 o prazo final para desmontagem e entrega do local, totalmente livre, desimpedido e limpo, sob pena de ter o material ainda nele instalado apreendido.

Art. 9º Fica estipulada multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia que exceder o prazo para entrega do local devidamente limpo e inspecionado pela Administração do Parque do Engenho Central.

Art. 10. Fica autorizada ao outorgado a exploração do espaço do Parque Engenho Central para fins de comercialização de gêneros alimentícios e bebidas.

§ 1º Em havendo comercialização de gêneros alimentícios e bebidas, a Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde deverá vistoriar as dependências de que trata o caput do presente artigo, para verificar se as mesmas atendem a legislação municipal e estadual.

§ 2º Tais dependências também serão vistoriadas pelo Corpo de Bombeiros, pela Defesa Civil ou pela Brigada de Emergência.

§ 3º Fica, ainda, o outorgado obrigado a cumprir a legislação federal que proíba a venda e o consumo de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos.

Art. 11. A divulgação do evento somente poderá ser realizada a partir da publicação da presente Portaria.

Art. 12. Os casos omissos nesta Portaria serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Ação Cultural.

Art. 13. Será competente para dirimir eventuais dúvidas surgidas a respeito da presente autorização, não resolvidas administrativamente, o foro da Comarca de Piracicaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 16 de setembro de 2014.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ROSÂNGELA MARIA RIZZOLO CAMOLESE
Secretária Municipal da Ação Cultural

JOSÉ ADMIR MORAES LEITE
Secretário Municipal de Finanças

CARLOS CÉSAR AMBROSANO
Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de
Defesa do Meio Ambiente

PEDRO ANTONIO DE MELLO
Secretário Municipal de Saúde

MAURO RONTANI
Procurador Geral do Município

Publicada no Diário
do Município de Piracicaba

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

MEMORIAL DESCRITIVO

Assunto: PARTES DOS IMÓVEIS À SEREM DECLARADOS DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA POSTERIOR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, PARA ABERTURA DE VIA PÚBLICA.

Proprietário: NEO VITA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
Local: Caminho de Servidão (Denominada Rua Aujovil Martini)
Bairro: Morumbi
Áreas: À ser desapropriada – 597,60 m² - Matrícula: - 35.690 - 2º C.R.I.
 À ser desapropriada – 143,308 m² - Matrícula: - 53.541 - 2º C.R.I.
 À ser desapropriada – 151,439 m² - Matrícula: - 53.542 - 2º C.R.I.

Área à ser desapropriada - 597,60 m Matrícula: - 35.690 - 2º C.R.I

Parte do imóvel situado no Bairro Morumbi com frente para o Caminho de Servidão (Denominado Rua Aujovil Martini), lado ímpar que assim se descreve: Inicia no marco "0" situado no alinhamento predial do Caminho de Servidão (Denominado Rua Aujovil Martini) com a divisa de Propriedade de Paschoal Tabella ou Sucessores, deste segue em reta na extensão de 6,30 m, confrontando com a Propriedade Paschoal Tabella ou Sucessores até encontrar o marco "1"; deste marco deflete à direita e segue em reta na extensão de 92,00 m confrontando com o imóvel da matrícula nº 35.690, até encontrar o marco "2"; deste marco deflete à direita e segue em reta na extensão de 6,30 m confrontando com o imóvel à ser desapropriado da matrícula nº 53.541, até encontrar o marco "3"; deste marco deflete à direita e segue em reta acompanhando o alinhamento predial do Caminho de Servidão (Denominado Rua Aujovil Martini) na extensão de 92,00 m até encontrar o marco "0", início da presente descrição, encerrando assim o perímetro com uma área de 579,60 m².

Área à ser desapropriada - 143,308 m Matrícula: - 53.541 - 2º C.R.I.

Parte do imóvel situado no Bairro Morumbi com frente para o Caminho de Servidão (Denominado Rua Aujovil Martini), lado ímpar que assim se descreve: Inicia no marco "0" situado no alinhamento predial do Caminho de Servidão (Denominado Rua Aujovil Martini) com a divisa da área à ser desapropriada da matrícula nº 35.690, deste segue em reta na extensão de 6,30 m, confrontando com a área à ser desapropriada da matrícula nº 35.690 até encontrar o marco "1"; deste marco deflete à direita e segue em reta na extensão de 22,04 m confrontando com o imóvel da matrícula nº 53.541 até encontrar o marco "2"; deste marco deflete à direita e segue em reta na extensão de 6,30 m confrontando com a área à ser desapropriada da matrícula nº 53.542, até encontrar o marco "3"; deste marco deflete à direita e segue em reta acompanhando o alinhamento predial do Caminho de Servidão (Denominado Rua Aujovil Martini) na extensão de 22,05 m até encontrar o marco "0", início da presente descrição, encerrando assim o perímetro com uma área de 143,308 m

Área à ser desapropriada - 151,439 m Matrícula: - 53.542 - 2º C.R.I.

Parte do imóvel situado no Bairro Morumbi com frente para o Caminho de Servidão (Denominado Rua Aujovil Martini), lado ímpar que assim se descreve: Inicia no marco "0" situado no alinhamento predial do Caminho de Servidão (Denominado Rua Aujovil Martini) com a divisa da área à ser desapropriada da matrícula nº 53.541, deste segue em reta na extensão de 6,30 m, confrontando com a área à ser desapropriada da matrícula nº 53.541 até encontrar o marco "1"; deste marco deflete à direita e segue em reta na extensão de 22,44 m confrontando com o imóvel da matrícula nº 53.542, até encontrar o marco "2"; deste marco deflete à direita e segue em reta na extensão de 6,75 m confrontando com o imóvel de Propriedade Jacintho Marchetto e sua Mulher, até encontrar o marco "3"; deste marco deflete à direita e segue em reta acompanhando o alinhamento predial do Caminho de Servidão (Denominado Rua Aujovil Martini) na extensão de 22,60 m até encontrar o marco "0", início da presente descrição, encerrando assim o perímetro com uma área de 151,439 m². Piracicaba, 29 de Agosto de 2014.

[Assinatura]
 Pedro Sérgio Piacentini
 Dpto. de Uso e Ocupação do Solo

Rua Antonio Corrêa Barbosa, 2233 - 9º Andar - Centro - Piracicaba - SP - CEP. 13400-900 - Tel: (19) 3403-1200 - Fax: (19) 3403-1365
 site: www.ipplap.com.br e e-mail: ipplap@ipplap.com.br

DECRETO Nº 15.801, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.
 Declara de utilidade pública, para posterior desapropriação amigável ou judicial, parte dos imóveis de propriedade da Neo Vita Empreendimentos e Participações Ltda., localizados no Caminho de Servidão (denominado Rua Aujovil Martini), Bairro Morumbi, neste Município, destinados à abertura de via pública e dá outras providências.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e
 CONSIDERANDO o disposto no inciso XXIV, do art. 5º, da Constituição Federal, bem como do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e suas alterações,

DECRETA

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para posterior desapropriação amigável ou judicial, parte dos imóveis de propriedade da Neo Vita Empreendimentos e Participações Ltda., localizados no Caminho de Servidão (denominado Rua Aujovil Martini), Bairro Morumbi, neste Município, as quais se destinarão à abertura de via pública, conforme Memorial Descritivo, Planta e Matrícula que integram o presente Decreto e que assim se descreve:

"MEMORIAL DESCRITIVO

Assunto: Parte dos imóveis à serem declaradas de utilidade pública, para posterior desapropriação amigável ou judicial, para abertura de via pública.
 Proprietário: Neo Vita Empreendimentos e Participações Ltda.
 Local: Caminho de Servidão (Denominado Rua Aujovil Martini)
 Bairro: Morumbi

Áreas: À ser desapropriada 597,60 m² Matrícula: 35.690 - 2º C.R.I.
 À ser desapropriada 143,308 m². Matrícula: 53.541 - 2º C.R.I.
 À ser desapropriada 151,439 m². Matrícula: 53.542 - 2º C.R.I.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Área desapropriada – 597,60 m² Matrícula 35.690 – 2º C.R.I.
 Parte do imóvel situado no Bairro Morumbi com frente para o Caminho de Servidão (denominado Rua Aujovil Martini), lado ímpar que assim se descreve: inicia no marco "0" situado no alinhamento predial do Caminho de Servidão (denominado Rua Aujovil Martini) com a divisa de propriedade de Paschoal Tabella ou sucessores, deste segue em reta na extensão de 6,30m, confrontando com a propriedade de Paschoal Tabella ou sucessores até encontrar o marco "1"; deste marco deflete à direita e segue em reta na extensão de 92,00m confrontando com o imóvel da Matrícula nº 35.690, até encontrar o marco "2"; deste marco deflete à direita e segue em reta na extensão de 6,30m confrontando com o imóvel à ser desapropriado da Matrícula nº 53.541, até encontrar o marco "3"; deste marco deflete à direita e segue em reta acompanhando o alinhamento predial do Caminho de Servidão (denominado Rua Aujovil Martini) na extensão de 92,00m até encontrar o marco "0", início da presente descrição, encerrando assim o perímetro com uma área de 579,60 m².

Área desapropriada – 143,308 m² Matrícula 53.541 – 2º C.R.I.
 Parte do imóvel situado no Bairro Morumbi com frente para o Caminho de Servidão (denominado Rua Aujovil Martini), lado ímpar que assim se descreve: inicia no marco "0" situado no alinhamento predial do Caminho de Servidão (denominado Rua Aujovil Martini) com a divisa da área à ser desapropriada da Matrícula nº 35.690, deste segue em reta na extensão de 6,30m, confrontando com a área a ser desapropriada da Matrícula nº 35.690 até encontrar o marco "1"; deste marco deflete à direita e segue em reta na extensão de 22,04m confrontando com o imóvel da Matrícula nº 53.541 até encontrar o marco "2"; deste marco deflete à direita e segue em reta na extensão de 6,30m confrontando com a área à ser desapropriada da Matrícula nº 53.542, até encontrar o marco "3"; deste marco deflete à direita e segue em reta acompanhando o alinhamento predial do Caminho de Servidão (denominado Rua Aujovil Martini) na extensão de 22,05m até encontrar o marco "0", início da presente descrição, encerrando assim o perímetro com uma área de 143,308m².

Área desapropriada – 151,439 m² Matrícula 53.542 – 2º C.R.I.
 Parte do imóvel situado no Bairro Morumbi com frente para o Caminho de Servidão (denominado Rua Aujovil Martini), lado ímpar que assim se descreve: inicia no marco "0" situado no alinhamento predial do Caminho de Servidão (denominado Rua Aujovil Martini) com a divisa da área à ser desapropriada da Matrícula nº 53.541, deste segue em reta na extensão de 6,30m, confrontando com a área a ser desapropriada da Matrícula nº 53.541 até encontrar o marco "1"; deste marco deflete à direita e segue em reta na extensão de 22,44m confrontando com o imóvel da Matrícula nº 53.542, até encontrar o marco "2"; deste marco deflete à direita e segue em reta na extensão de 6,75m confrontando com o imóvel de propriedade de Jacintho Marchetto e sua mulher, até encontrar o marco "3"; deste marco deflete à direita e segue em reta acompanhando o alinhamento predial do Caminho de Servidão (denominado Rua Aujovil Martini), na extensão de 22,60m até encontrar o marco "0", início da presente descrição, encerrando assim o perímetro com uma área de 151,439 m²."

Art. 2º Às áreas de terra, objeto do art. 1º, retro, atribui-se o valor total de R\$ 8,91 (oito reais e noventa e um centavos), constante do laudo de avaliação que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 3º Havendo concordância quanto ao preço e a forma de pagamento, far-se-á expropriação por acordo, uma vez satisfeitos os seguintes requisitos:

I - que o preço não ultrapasse o valor do laudo da avaliação administrativa municipal, e

II - que a proprietária ofereça título de domínio com filiação vintenária e certidão negativa de dívidas fiscais e de quaisquer outros ônus, reais ou não, que recaiam sobre os imóveis objeto das desapropriações.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária nº 03011 - 03.092.0039.1024 - 449061, da Procuradoria Geral do Município, para o exercício de 2014 e suas respectivas para os exercícios seguintes, suplementadas, oportunamente, se necessário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 12 de setembro de 2014.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

JORGE AKIRA KOBAYASKI
 Secretário Municipal de Trânsito e Transportes

LAURO JERÔNIMO ANNICHINO PINOTTI
 Diretor Presidente do IPPLAP

MAURO RONTANI
 Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
 Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

RAZÕES DE VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 29/2014 - AUTÓGRAFO Nº 126/2014, QUE "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS BARES, RESTAURANTES E SIMILARES QUE SERVEM CHOPP, SUCOS, VITAMINADOS, REFRIGERANTES E AFINS, A DISPONIBILIZAREM COPOS MILIMETRADOS PARA O CONSUMO DE SEUS CLIENTES."

Egrégia Câmara,

Tem o presente a finalidade de interpor junto a essa Ilustre Casa de Leis, em consonância com seus ditames regimentais e com os dispositivos constitucionais, bem como nos termos do art. 121, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica do Município de Piracicaba, do art. 211 e seus parágrafos do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Piracicaba e do art. 66, §§ 1º e 2º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, as razões de VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 29/2014 – Autógrafo nº 126/2014 – de autoria do Poder Legislativo, que "dispõe sobre a obrigatoriedade dos bares, restaurantes e similares que servem chopp, sucos, vitaminados, refrigerantes e afins, a disponibilizarem copos milimetrados para o consumo de seus clientes", pelos motivos que passamos a expor:

RAZÕES DO VETO

Preliminarmente, importante esclarecer que o veto total ora interposto se fundamenta em motivos de ilegalidade e contrariedade ao interesse público do referido projeto de lei, conforme veremos a seguir.

Assim, analisando a referida propositura verificamos primeiramente que o art. 5º da Constituição Federal de 1.988 estabeleceu que "o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor", disciplinando em seu art. 24, inciso VIII, que "compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico";

Neste sentido é que foi editada a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor que em seus arts. 18 e 19 estabeleceram:

"Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

Art. 19. Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

... II - complementação do peso ou medida;"

Desta forma, o que se verifica é que a legislação federal já havia estabelecido a forma de proteção ao consumidor em casos nos quais a quantidade do produto não corresponda ao indicado no cardápio. Assim, não há que se falar em legislar acerca de interesse local, uma vez que este tema afeta consumidores de todo o país, não se caracterizando em especificidade da cidade de Piracicaba.

Nestes termos é certo que o consumidor que se sentir lesado em bares, restaurantes e similares com o produto que é anunciado no cardápio e que chega à mesa sem atender a quantidade indicada, deve buscar reclamar seus direitos ao abrigo da norma federal, cabendo ao Município efetivamente realizar a fiscalização devida com base na delegação estadual de competências feita pela própria Fundação PROCON.

Além disso, importante destacar também que o legislador municipal ao elaborar o Projeto de Lei nº 29/2014, não considerou sua interferência indevida nas atribuições delegadas ao Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo – IPEM/SP, o qual por delegação do Decreto Estadual nº 55.964, de 29 de junho de 2010, recebeu as seguintes atribuições:

"Artigo 2º - Ao Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - IPEM/SP, no âmbito do Estado de São Paulo, cabe:

I - nos termos da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a proteção e defesa do consumidor, fiscalizando produtos e serviços no campo de sua atuação, como integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNUC;

II - nos termos da Lei Federal nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e da Lei federal nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, o exercício das competências delegadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, autarquia federal, no campo da metrologia, normalização, qualidade e certificação de produtos e serviços, como integrante do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - SINMETRO; Regulamento do IPEM/SP

Artigo 2º - O Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - IPEM/SP tem por finalidades exercer as atividades relacionadas com a metrologia e com a normalização, a qualidade e a certificação de produtos e serviços, além de:

... III - fiscalizar produtos e serviços, na área de sua atuação, tendo em vista a constatação de defeitos e irregularidades que prejudiquem o consumidor, nos termos da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

... V - apurar as infrações cometidas no campo de sua atuação, instaurando os respectivos procedimentos administrativos para aplicação das penalidades.

Artigo 59. Ao Departamento de Metrologia Legal e de Fiscalização cabe:

...

II - fiscalizar o cumprimento das disposições normativas relativas à metrologia legal, em relações de consumo."

Assim, o que se pode verificar é que ao IPEM/SP cabe estabelecer padronizações (normalização) no interesse da defesa do consumidor, conforme competência que lhe foi delegada nos termos do próprio Código de Defesa do Consumidor.

Neste aspecto o Projeto de Lei nº 029/2014 pretendia determinar que bares, restaurantes e similares servissem chopp, sucos, vitaminados, refrigerantes e afins, em copos milimetrados, medida esta que acreditamos equivocada, primeiramente, porque essa é unidade de medida de longitude e não de volume, como o é o mililitro e, segundo, porque tal determinação legal deveria ser feita pelo IPEM/SP, caso assim a entendedes imprescindível à defesa dos consumidores, o que não nos parece ser o caso.

Apenas a título de exemplo e, como forma de demonstrar a grande amplitude da proibição contida no Projeto de Lei nº 29/2014, estamos falando em obrigar bares, restaurantes e afins a descartar todos os seus copos para adquirirem outros copos com medidor. Ora Nobres Vereadores, essa atitude além de ser ilegal perante a Lei Estadual acima descrita, está ferindo o interesse público, ao passo que os proprietários dos estabelecimentos mencionados terão que dispor de uma quantia razoavelmente alta para substituição de todos estes copos, e isto sem qualquer levantamento ou estudo técnico que indique que as medidas de defesa do consumidor hoje existentes são ineficientes para preservar tais direitos.

Embora haja o reconhecimento do mérito da Nobre Edil ao tentar implementar novas medidas para a defesa dos consumidores, nunca é demais lembrar que o legislador ao editar uma lei deve primeiramente se preocupar com sua legalidade e também com os efeitos que essa norma vai produzir no meio social e na vida das pessoas por ela afetadas. Neste sentido, o que se verifica é a impossibilidade do Poder Executivo dar sanção ao Projeto de Lei nº 29/2014, face aos efeitos que certamente dela decorrerão e que afetarão diretamente a população local e os estabelecimentos piracicabanos.

Desta forma, é por razões de ilegalidade e contrariedade ao interesse público do projeto de lei ora vetado e, com base no disposto no § 1º, do art. 121, da Lei Orgânica do Município de Piracicaba, que apresentamos, tempestivamente, o presente VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 29/2014 - Autógrafo nº 126/2014, para apreciação dessa Nobre Casa de Leis, contando com o alto grau de discernimento dos Ilustres Vereadores, para que o mesmo seja acolhido por UNANIMIDADE!

Piracicaba, em 09 de setembro de 2014.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMUNICADO
Carta Convite nº 24/2014

Prestação de serviços de elaboração de projeto de revitalização do mobiliário urbano da Rua do Porto

Comunicamos que, houve alteração no Edital. A nova versão já está disponível para download no site <http://www.piracicaba.sp.gov.br>.

Diante do exposto, informamos que alterada a data abertura para o dia 25/09/2014, às 14 hs, tendo em vista o prazo hábil para a alteração.

Piracicaba, 15 de setembro de 2014.

Maria Angelina Chiquito Alanis
Departamento de Material e Patrimonio
Diretora

PREGÃO ELETRÔNICO nº 135/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS – Fornecimento parcelado de fórmula infantil ABERTURA DAS PROPOSTAS: 30/09/2014 às 08h.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 30/09/2014 às 09h.

O Edital completo poderá ser obtido na Divisão de Compras, sita a Rua Antonio Correa Barbosa, 2233 1º andar, no horário de 08:30h às 16:30h ou pelo endereço eletrônico <http://www.licitapira.piracicaba.sp.gov.br>.
Fone (19) 3403-1020. Fax (19) 3403-1024.

Piracicaba, 16 de setembro de 2014

Maria Angelina Chiquito Alanis
Departamento de Material e Patrimônio
Diretora

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

BALANCETE DA RECEITA - AGOSTO/2014
UNIDADE: Todos os valores (26) ADMINISTRACAO: DIRETA + FUNDOS

CÓDIGO NOME DA CONTA	PREVISTA	ATUALIZADA	ARRECADADA NO MÊS	ARRECADADA ATÉ O MÊS	DIFERENÇA	%
400000000 VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA						
410000000 RECEITAS CORRENTES	1.092.902.900,00	1.092.902.900,00	78.964.635,80	718.684.327,05	(374.218.572,95)	107,51
411000000 RECEITA TRIBUTARIA	300.970.500,00	300.970.500,00	20.806.347,23	200.782.955,13	(100.187.544,87)	30,04
411000000 IMPOSTOS	271.500.000,00	271.500.000,00	19.519.235,71	182.887.647,16	(88.612.352,84)	27,36
41120201 IPTU-IMPOSTO S/PROPR.PREDIAL TERRIT.URBANA	75.000.000,00	75.000.000,00	4.246.225,80	55.686.089,73	(19.313.910,27)	8,33
41120431 RETIDO NAS FONTES-IR	27.000.000,00	27.000.000,00	2.525.543,43	19.537.027,57	(7.462.972,43)	2,92
41120801 ITBI-IMPOSTO S/TRANSMISSAO BENS IMOVEIS	28.500.000,00	28.500.000,00	1.559.884,24	13.350.998,80	(15.149.001,20)	2,00
41130501 I.S.S.- EMPRESA	118.000.000,00	118.000.000,00	9.096.432,83	78.569.464,68	(39.430.535,32)	11,75
41130502 I.S.S.- AUTONOMO	2.000.000,00	2.000.000,00	197.532,10	1.240.475,43	(759.524,57)	0,19
41130504 I.S.S.- SIMPLES NACIONAL	21.000.000,00	21.000.000,00	1.893.617,31	14.503.590,95	(6.496.409,05)	2,17
412000000 TAXAS	28.020.500,00	28.020.500,00	1.218.107,15	17.508.924,13	(10.511.575,87)	2,62
41210001 TAXA PARA EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	4.000.000,00	4.000.000,00	301.908,92	2.314.146,78	(1.685.853,22)	0,35
41210200 LANÇAMENTO DO IPTU	0,00	0,00	391,66	391,66		0,00
41211701 TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA	300.000,00	300.000,00	20.842,72	175.410,62	(124.589,38)	0,03
41212101 TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	30.500,00	30.500,00	310,95	2.287,82	(28.212,18)	0,00
41212501 TAXA DE LICENCA PARA EVENTOS	40.000,00	40.000,00	1.414,08	13.695,07	(26.304,93)	0,00
41213001 TAXA DE VISTORIA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO	50.000,00	50.000,00	850,68	34.928,31	(15.071,69)	0,01
41222801 TAXA DE CEMITERIOS	1.100.000,00	1.100.000,00	46.371,89	333.720,46	(766.279,54)	0,05
41229001 TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	21.500.000,00	21.500.000,00	827.943,33	14.516.493,89	(6.983.506,11)	2,17
41229901 OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.000.000,00	1.000.000,00	18.072,92	117.849,52	(882.150,48)	0,02
413000000 CONTRIBUICAO DE MELHORIA	1.450.000,00	1.450.000,00	69.004,37	386.383,84	(1.063.616,16)	0,06
41300201 CONTR. DE MELHORIA P/EXP. DA REDE ILUMINACAO	50.000,00	50.000,00	773,54	13.525,02	(36.474,98)	0,00
41300401 CONTR. DE MELHORIA P/PAVIM. DE OBRAS	1.400.000,00	1.400.000,00	68.230,83	372.858,82	(1.027.141,18)	0,06
413000000 RECEITA PATRIMONIAL	12.275.000,00	12.275.000,00	1.494.112,83	11.545.155,61	(729.844,39)	1,73
413100000 RECEITAS IMOBILIARIAS	525.000,00	525.000,00	621,76	17.362,89	(16.837,11)	0,00
41310100 ALUGUEIS DE IMOVEIS URBANOS	525.000,00	525.000,00	621,76	17.362,89	(16.837,11)	0,00
413200000 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	11.750.000,00	11.750.000,00	1.471.128,59	11.472.266,35	(277.733,65)	1,72
413250102 REMUN. DE DEP. DE REC. VINC. FUNDEB	0,00	0,00	5.993,74	496.191,63	496.191,63	0,07
413250103 REMUN. DE DEP. DE REC. VINC. F.SAUDE	0,00	0,00	84.149,73	753.020,36	753.020,36	0,11
413250105 REMUN. DE DEP. DE REC. VINC. MDE	0,00	0,00	32.381,29	581.023,55	581.023,55	0,09
413250107 REMUN. DE DEP. DE REC. VINC. FUNDETUR	0,00	0,00	256,92	1.629,81	1.629,81	0,00
413250108 REMUN. DE DEP. DE REC. VINC. EDUCACAO	0,00	0,00	348.991,09	2.138.096,80	2.138.096,80	0,32
413250199 REMUN.DE OUTROS DEP. DE RECURSOS VINCUL.	2.500.000,00	2.500.000,00	100.863,65	712.514,29	(1.787.485,71)	0,11
413250201 REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE POUPANCA	1.000.000,00	1.000.000,00	143.038,21	826.640,07	(173.359,93)	0,12
413250299 REMUNERACAO DE OUTROS DEPOS. DE REC. NAO VINC	8.250.000,00	8.250.000,00	755.453,96	5.963.149,84	(2.286.850,16)	0,89
413300000 RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	0,00	0,00	22.362,48	55.526,37	55.526,37	0,01
413302000 CONCESSAO DE AREA AEROPORTUARIA	0,00	0,00	22.362,48	55.526,37	55.526,37	0,01
413339901 PORC.S/FAT.VENDA COMBUSTIVEIS-AEROPORTO MUN.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
416000000 RECEITA DE SERVICOS	200.000,00	200.000,00	175.070,00	577.248,52	377.248,52	0,09
416000000 SERVICOS ADMINISTRATIVOS	200.000,00	200.000,00	175.070,00	577.248,52	377.248,52	0,09
416001301 SERV.DE INSCR. EM CONCURSOS PUBLICOS	200.000,00	200.000,00	175.070,00	577.242,00	377.242,00	0,09
416001399 OUTROS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
416009901 COBRANCA DE KM E MAO DE OBRA S/SERVICOS	0,00	0,00	0,00	6,52	6,52	0,00
417000000 TRANSFERENCIAS CORRENTES	720.128.400,00	720.128.400,00	53.462.328,25	477.006.889,80	(243.121.510,20)	71,36
417200000 TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	704.225.840,00	704.225.840,00	51.108.384,49	466.345.872,90	(237.879.967,10)	69,76
417210102 COTA PARTE DO F.P.M.	54.000.000,00	54.000.000,00	4.165.862,42	35.837.588,67	(18.162.411,33)	5,36
417210105 COTA-PARTE ITR-IMP S/PROPR. TERRIT.E RURAL	100.000,00	100.000,00	6.149,97	38.768,51	(61.231,49)	0,01
417212211 COTA-PARTE DA COMP. FINANC. DE REC. HIDRICOS	210.000,00	210.000,00	7.720,71	71.978,91	(138.021,09)	0,01
417212220 COTA-PARTE DA COMP. FINANC. DE REC. MINERAIS	350.000,00	350.000,00	50.842,50	233.824,80	(116.175,20)	0,03
417212230 COTA-PARTE ROYALTIES DE ITAIPU	65.000,00	65.000,00	5.022,78	37.279,68	(27.720,32)	0,01
417212270 COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO-FEP	750.000,00	750.000,00	69.076,10	471.417,02	(278.582,98)	0,07
417213301 PAB-PISO ATENCAO BASICA	16.190.840,00	16.190.840,00	1.195.911,42	8.563.885,36	(7.626.954,64)	1,28
417213302 MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	80.880.000,00	80.880.000,00	8.142.718,49	61.627.971,47	(19.252.028,53)	9,22
417213303 TVS-TETO VIGILANCIA EM SAUDE	2.200.000,00	2.200.000,00	503.532,56	1.764.934,42	(435.065,58)	0,26
417213304 ASSISTENCIA FARMACEUTICA	1.900.000,00	1.900.000,00	313.516,56	1.410.824,52	(489.175,48)	0,21
417213305 GESTAO DO SUS	50.000,00	50.000,00	0,00	30.000,00	(20.000,00)	0,00
417213306 PROGRAMA DST/AIDS	720.000,00	720.000,00	0,00	0,00	(720.000,00)	0,00
417213501 FNDE - QUOTA MUNICIPAL SALARIO-EDUCACAO	15.800.000,00	15.800.000,00	1.350.477,65	11.545.073,04	(4.254.926,96)	1,73
417213502 FNDE - PROGRAMA NAC. DE ALIM. ESCOLAR	6.000.000,00	6.000.000,00	648.722,40	3.935.534,40	(2.064.465,60)	0,59
417213503 FNDE - TRANSPORTE ESCOLAR / PNATE	260.000,00	260.000,00	23.218,01	116.090,05	(143.909,95)	0,02
417213504 FNDE - APOIO FINANCEIRO AS CRECHES	0,00	0,00	0,00	1.339.146,29	1.339.146,29	0,20
417213601 TRANSF.FINANC. DO ICMS-DESONERACAO-L.C.	1.600.000,00	1.600.000,00	124.207,93	869.455,51	(730.544,49)	0,13
417219901 FEX-AUX. FINANC. P/FOMENTO A EXPORTACOES	300.000,00	300.000,00	0,00	195.354,32	(104.645,68)	0,03
417219902 AFM-AUXILIO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS	0,00	0,00	0,00	1.036.846,06	1.036.846,06	0,16
417220101 COTA-PARTE DO I.C.M.S.	327.500.000,00	327.500.000,00	23.233.133,35	190.580.894,96	(136.919.105,04)	28,51
417220102 COTA-PARTE DO I.P.V.A.	75.000.000,00	75.000.000,00	2.267.557,58	65.613.397,94	(9.386.602,06)	9,82

Table with 7 columns: Code, Description, and 5 numerical columns. Contains a long list of financial entries and their corresponding values.

Observamos que o total arrecadado de impostos e transferencias Intergovernamentais corresponde no mínimo 25% ao ensino e 15% a saúde, e as transferencias de convênios são verbas com gastos específicos

Marisa D. de Toledo Carvalho
Chefe Div.Contabilidade
CRC-SP 144494/O-8

Telma Trimer de Oliveira Pereira
Diretora Depto Adm.Financeira

José Admir Moraes Leite
Secretário Municipal de Finanças

CONVÊNIOS REPASSADOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE

MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Table with 2 columns: DATA, VALOR RECEBIDO. Row: 11/09/14 6.100.342,48

ATENÇÃO BÁSICA

Table with 2 columns: DATA, VALOR RECEBIDO. Row: 11/09/14 709.011,42

ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Table with 2 columns: DATA, VALOR RECEBIDO. Row: 05/08/14 156.758,28

CONVÊNIOS REPASSADOS PELO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE

Table with 2 columns: DATA, VALOR RECEBIDO. Rows: 06/08/14 23.000,00; 06/08/14 15.000,00

PSE - CEPETI

Table with 2 columns: DATA, VALOR RECEBIDO. Rows: 06/08/14 33.200,00; 12/09/14 16.600,00

CONVÊNIOS REPASSADOS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FNDE - QUOTA MUNICIPAL SALARIO-EDUCACAO

Table with 2 columns: DATA, VALOR RECEBIDO. Row: 04/08/14 1.350.477,65

COTA-PARTE ROYALTIES - PETROLEO ITAIPU

Table with 2 columns: DATA, VALOR RECEBIDO. Row: 01/08/14 5.022,78

Advertisement for sidewalk safety. Text: 'CUIDAR DA SUA CALÇADA É MAIS SEGURO E ECONÔMICO.' Includes an illustration of a man on a sidewalk and two callouts: 'SEGURO Porque em calçada bem feita e sem buracos, você, sua família, seus amigos e vizinhos não correm o risco de cair' and 'ECONÔMICO Porque você não será multado'.

COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE E DE SINDICÂNCIA

PORTARIA C.P.P.S. Nº 398, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 225, da Lei Municipal nº 1.972/72 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Piracicaba, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, que dispõe que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” e, que para aplicação da sanção, é necessário a instauração do processo administrativo disciplinar,

R E S O L V E

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para aplicação das penalidades cabíveis em face de ROBERTO TEIXEIRA FRÓES, funcionário público municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por infringência ao disposto no art. 482, alínea “e”, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, o qual será conduzido pela Comissão Permanente, Processante e de Sindicância, nomeada pela Portaria nº 3.658/13, alterada pelas de nº 3.706/14 e de nº 3.719/14.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, prorrogáveis, se necessário, por igual período, a pedido do Presidente da Comissão.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba, em 10 de setembro de 2014.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT, Presidente da Comissão Permanente e Processante e de Sindicância, nomeada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, através da Portaria nº 3.658/13, alterada pelas de nº 3.706/14 e de nº 3.719/14, faz saber a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que o DD. Procurador Geral do Município determinou a instauração de Sindicância visando apurar irregularidades e responsabilidades em possível falsificação de receita médica na UBS Caxambu, objeto do processo com protocolo nº 151.087/2014, em cumprimento ao princípio da publicidade.

Piracicaba, 16 de setembro de 2014.

FRANCISCO AP. RAHAL FARHAT
Presidente da Comissão

FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT, Presidente da Comissão Permanente e Processante e de Sindicância, nomeada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, através da Portaria nº 3.658/13, alterada pelas de nº 3.706/14 e de nº 3.719/14, faz saber a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que o DD. Procurador Geral do Município determinou a instauração de Sindicância visando apurar irregularidades e responsabilidades em emissão de atestado médico na USF Jardim Gilda, objeto do processo com protocolo nº 151.086/2014, em cumprimento ao princípio da publicidade.

Piracicaba, 16 de setembro de 2014.

FRANCISCO AP. RAHAL FARHAT
Presidente da Comissão

FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT, Presidente da Comissão Permanente e Processante e de Sindicância, nomeada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, através da Portaria nº 3.658/13, alterada pelas de nº 3.706/14 e de nº 3.719/14, faz saber a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que o DD. Procurador Geral do Município determinou a instauração de Sindicância visando apurar irregularidades e responsabilidades em atendimento ocorrido na Central de Ortopedia e Traumatologia – COT, na data de 12/04/2014, às 02h23min da manhã, conforme especificações dos Memorandos nº 52/14 e nº 88/14, expedidos pelo próprio COT, objeto do processo com protocolo nº 151.085/2014, em cumprimento ao princípio da publicidade.

Piracicaba, 16 de setembro de 2014.

FRANCISCO AP. RAHAL FARHAT
Presidente da Comissão

FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT, Presidente da Comissão Permanente e Processante e de Sindicância, nomeada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, através da Portaria nº 3.658/2013, alterada pelas de nº 3.706/2014 e nº 3.719/2014, faz saber a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que o DD. Procurador Geral do Município determinou a instauração de Sindicância visando apurar irregularidades e responsabilidades em acidente de trânsito, placas JKH 6673, prefixo 090, conforme Boletim de Ocorrência nº 8.342/2014 - PM, objeto do processo com protocolo nº 151.877/2014, em cumprimento ao princípio da publicidade.

Piracicaba, 15 de setembro de 2014.

FRANCISCO AP. RAHAL FARHAT
Presidente da Comissão

HOMOLOGAÇÃO – Gabriel Ferrato dos Santos, Prefeito do Município de Piracicaba, no uso de suas atribuições, homologa a conclusão da Comissão Permanente Processante e de Sindicância no seguinte Processo:

Processo nº: 77.217/2012.

Assunto: Sindicância visando apurar irregularidades e responsabilidades em ocorrência envolvendo servidores públicos municipais, lotados no Centro de Controle de Zoonoses, conforme Ofício nº 588/11.

Conclusão: A Comissão, CONCLUI, por unanimidade, pelo ARQUIVAMENTO do presente procedimento.

FRANCISCO AP. RAHAL FARHAT
Presidente da C.P.P.S.

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

SETOR DE PROTOCOLO, ARQUIVO E DIVULGAÇÃO
Expediente do dia 15 Setembro 2.014
Protocolados e Encaminhados

Protocolos	Interessados	
006310/2014	NOVA TECNO SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA	
006311/2014	VEREADOR GILMAR ROTTA	
006312/2014	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
006313/2014	FRANCISCA AILMA CAVALCANTI	
006314/2014	PORFIRIO JOSE LOPES	
006315/2014	S E M A E	
006316/2014	ALZIRA ELIAS ARRUDA	
006317/2014	VEREADOR LAERCIO TREVISAN JUNIOR	
006318/2014	SINVALDO CRISTOVAM PACHECO	
Despachos	Processo	Interessado
001084/2012	000776/2012	PREFEITURADO MUNICÍPIO DE PIRACICABA: "Arquivado".
001478/2003	000683/2003	NELSON BERNARDINO DA SILVA E: "Arquivado".
		IVONE GOMES DA SILVA
001697/2014	001434/2014	MARIVALDA DOS ANJOS AGUIAR: "Arquivado".
001909/2014	001564/2014	TANIA JANAINA DEOTTO ZAIDAN: "Arquivado".
003017/2013	002027/2013	ANTÔNIO FRANCISCO TREVISAN: "Arquivado".
006103/2014	004760/2014	CEVADA PURA CERVEJARIA: "Arquivado".
		ARTESANAL LTDA EPP
006112/2014	004767/2014	VEREADOR DIRCEU ALVES DA SILVA: "Concluído".
006116/2014	004771/2014	JNL CONTROLE DE PRAGAS LTDA EPP: "Concluído".

IPPLAP

MUNICIPIO DE PIRACICABA NOTA DE EMPENHO - NE

No. do Documento: 2014NE00162 Data de emissão: 11/09/2014 Gestao: 00003
UG Descrição No.Processo
353100 IPPLAP - CNPJ 05.859.181/0001-20 027/2014
Credor: IMPR.OFICIAL DO EST.S/A-IMESP CNPJ/MF 48066047-0001/84
Endereço: RUA DA MOCCA, 1921
Cidade: SAO PAULO (UF: SP CEP: 3103902 Origem Material NACIONAL

Esfera Evento UO Programa de Trabalho Fonte Nat.Desp. UGR PI
1 400091 35311 15451003823690000 0101011000 339039 353100

Ref.Dispensa: 8666/93 Empenho Orig.: Acordo:
Licitacao : 5 DISP.DE LICITACAO Modalidade: 1 ORDINARIO
Saldo Anterior Valor do Empenho: R\$ Saldo Disponível
*****25.600,00 *****25.600,00

VINTE E CINCO MIL E SEISCENTOS REAIS*****

Janeiro	Fevereiro	Marco
		CRONOGRAMA DE
Abril	Maio	Junho
		DESEMBOLSO
		PREVISTO
Julho	Agosto	Setembro
		25.600,00
Outubro	Novembro	Dezembro
		Exercicio Seguinte

ITEM UNID ESPECIFICACAO	QTDE	PRECO UNITARIO	PRECO TOTAL
1 0000 DESPESAS COM REIMPRESSAO DO LIVRO-PIRACICABA E A CIDADE-ACOES DE REAPROXIMACAO.			
REQ: 097/2014 PROC: 027/2014 DESTINO:IPPLAP	1000	25,60	25.600,00
TOTAL OU A TRANSPORTAR =====> R\$ *****25.600,00			

Subitem: 63

Local e Data da Entrega
IPPLAP 11/09/2014
RESPONSAVEL PELA EMISSAO
167908028/86 - IDNILSON DONIZETE PEREZ
ORDENADOR DE DESPESA
868249289/0 - LAURO JERONIMO ANICHINO P IMPRESSO PELO SIAFEM Pag. 1

MUNICIPIO DE PIRACICABA NOTA DE EMPENHO - NE

No. do Documento: 2014NE00163 Data de emissão: 12/09/2014 Gestao: 00003
UG Descrição No.Processo
353100 IPPLAP - CNPJ 05.859.181/0001-20 016/2014
Credor: AGENC.VIAGEM E TUR.MONTE ALEGRE LTDA CNPJ/MF 09178878-0001/96
Endereço: RUA ALFERES JOSE CAETANO, 1339
Cidade: PIRACICABA UF: SP CEP: 13400123 Origem Material

Esfera Evento UO Programa de Trabalho Fonte Nat.Desp. UGR PI
1 400091 35311 04122000423630000 0101011000 339033 353100

Ref.Dispensa: 8666/93 Empenho Orig.: Acordo:
Licitacao : 5 DISP.DE LICITACAO Modalidade: 1 ORDINARIO
Saldo Anterior Valor do Empenho: R\$ Saldo Disponível
*****448,16 *****448,16

QUATROCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS*****

Janeiro	Fevereiro	Marco
		CRONOGRAMA DE
Abril	Maio	Junho
		DESEMBOLSO
		PREVISTO
Julho	Agosto	Setembro
		448,16
Outubro	Novembro	Dezembro
		Exercicio Seguinte

ITEM UNID ESPECIFICACAO	QTDE	PRECO UNITARIO	PRECO TOTAL
1 0000 DESPESAS COM PASSAGEM AEREA CAMPINAS-RIO-CAMPINAS PARA SR. RAFAEL C. DE CAMARGO-DIRETOR-EXECUTIVO			
REQ: 099/2014 PROC: 016/2014 DESTINO:IPPLAP	1	448,16	448,16
TOTAL OU A TRANSPORTAR =====> R\$ *****448,16			

Subitem: 01

Local e Data da Entrega
IPPLAP 12/09/2014
RESPONSAVEL PELA EMISSAO
167908028/86 - IDNILSON DONIZETE PEREZ
ORDENADOR DE DESPESA
868249289/0 - LAURO JERONIMO ANICHINO P IMPRESSO PELO SIAFEM Pag. 1

MUNICIPIO DE PIRACICABA NOTA DE EMPENHO - NE

No. do Documento: 2014NE00164 Data de emissão: 12/09/2014 Gestao: 00003
UG Descrição No.Processo
353100 IPPLAP - CNPJ 05.859.181/0001-20 016/2014
Credor: WNA CURSOS E TREINAMENTOS LTDA-ME CNPJ/MF 17105533-0001/30
Endereço: R. LUCIO DE MENDOÇA, 48AP402-MARACANA
Cidade: RIO DE JANEIRO UF: RJ CEP: 20270040 Origem Material

Esfera Evento UO Programa de Trabalho Fonte Nat.Desp. UGR PI
1 400091 35311 15451003823670000 0101011000 339039 353100

Ref.Dispensa: 8666/93 Empenho Orig.: Acordo:
Licitacao : 5 DISP.DE LICITACAO Modalidade: 1 ORDINARIO
Saldo Anterior Valor do Empenho: R\$ Saldo Disponível
*****1.700,00 *****1.700,00

UM MIL E SETECENTOS REAIS*****

Janeiro	Fevereiro	Marco
		CRONOGRAMA DE
Abril	Maio	Junho
		DESEMBOLSO
		PREVISTO
Julho	Agosto	Setembro
		1.700,00
Outubro	Novembro	Dezembro
		Exercicio Seguinte

ITEM UNID ESPECIFICACAO	QTDE	PRECO UNITARIO	PRECO TOTAL
1 0000 DESPESAS COM:CURSO DE ELA BORACAO DE TERMO DE REFERENCIA E PROJETO BASICO-DI AS 25 E 26/09/14-NO RIO DE JANEIRO-RJ PARA RAFAEL C. DE CAMARGO-DIRETOR EXE CUTIVO DO IPPLAP.			
REQ: 100/2014 PROC: 016/2014 DESTINO:IPPLAP	1	1.700,00	1.700,00
TOTAL OU A TRANSPORTAR =====> R\$ *****1.700,00			

Subitem: 48

Local e Data da Entrega
IPPLAP 12/09/2014
RESPONSAVEL PELA EMISSAO
167908028/86 - IDNILSON DONIZETE PEREZ
ORDENADOR DE DESPESA
868249289/0 - LAURO JERONIMO ANICHINO P IMPRESSO PELO SIAFEM Pag. 1

Piracicaba, 10 de setembro de 2014.

CONVITE
Audiência Pública

O Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba – IPPLAP convida toda a população para a 1ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor de Piracicaba.

Dia: 19/09/2014 (sexta-feira)
Horário: 19h30
Local: Auditório do Centro Cívico
Rua Antonio Correa Barbosa, 2233
Chácara Nazareth – Piracicaba/SP.

Informações: (19) 3403.1200

Lauro Pinotti
Diretor - Presidente

PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.
Concede Título de "Cidadão Piracicabano" e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Piracicaba, Estado de São Paulo,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprova, e no uso das atribuições conferidas por lei, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 32/14

Art. 1º Fica outorgado o Título de "Cidadão Piracicabano" ao Senhor Mauro Matta, nascido na Cidade de Turim, na Itália.

Art. 2º A entrega da honraria dar-se-á em Reunião Solene desta Câmara de Vereadores a ser previamente agendada.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias nº 01.031.0001.2373 - 3.3.90.30 - Material de Consumo; 3.3.90.39 - Outros Serviços Terc. Pessoa Jurídica e 3.1.90.16 - Outras Despesas Variáveis, Pessoal Civil, constantes para exercício de 2014 e suas respectivas para os exercícios seguintes, suplementadas, se necessário.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Piracicaba, 10 de setembro de 2014.

JOÃO MANOEL DOS SANTOS
Presidente

JOSÉ APARECIDO LONGATTO ANDRÉ GUSTAVO BANDEIRA
1º Secretário 2º Secretário

Publicado no Departamento Legislativo da Câmara de Vereadores de Piracicaba, em 10 de setembro de 2014.

FÁBIO RICARDO DIONÍSIO
Diretor do Departamento Legislativo

JAMES GRANZIOL
Agente Legislativo II

Autor do Projeto: Vereador José Antonio Fernandes Paiva - PDL Nº 37/14

COMUNICADO

Torno público para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial 90/2014 (Aquisição de aparelho de TV Led Full HD), foi julgado FRACASADO pela Pregoeira e Equipe de apoio devido aos participantes não apresentarem preços compatíveis com a dotação estipulada.

Piracicaba, 16 de setembro de 2014.

João Manoel dos Santos
Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO

Comunicamos aos interessados que acha-se aberta nesta Câmara, a Licitação abaixo relacionada:

Modalidade: Pregão Presencial n.º 97/2014.

Objeto: aquisição de aparelhos de TV Led Full HD.

Tipo : menor preço por item.
Credenciamento: Dia 02/10/2014 das 13 às 13h30.

Início da Sessão Pública: Dia 02/10/2014 às 13h30. no Plenário da Câmara de Vereadores de Piracicaba, situada na Rua Alferes José Caetano, n.º 834 - Térreo - Piracicaba - Estado de São Paulo.

Informações e Edital completo à disposição no Setor de Contratos da Câmara de Vereadores de Piracicaba, situada na Rua Alferes José Caetano n.º 834, subsolo, no horário das 08h00 às 11h00 e das 12h00 às 17h00, telefones: (19) 3403-7009 e (19) 3403-6529.

Piracicaba, 17 de setembro de 2014.

Kátia Garcia Mesquita
Pregoeira Oficial

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SALTINHO

Projeto de Lei nº 018/2014, Autoria: Prefeito Municipal Claudemir Francisco Torina.

LEI MUNICIPAL Nº 544, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

(Autoriza a abertura de um crédito suplementar da ordem de R\$ 318.000,00 e dá outras providências).

CLAUDEMIR FRANCISO TORINA, Prefeito do Município de Saltinho, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, Faz saber que a Câmara de Vereadores de Saltinho aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

LEI Nº 544

Art. 1º - Fica autorizada a abertura na Divisão de Contabilidade, do Departamento de Finanças e Patrimônio, de um crédito adicional suplementar da ordem de R\$ 318.000,00 (Trezentos e Dezoito mil reais), destinado à suplementação das dotações do orçamento vigente:

- 02.02.01.04.123.0003.2007.319011 (016) Vencimentos e Vant. Fixas.....	50.000,00
- 02.02.01.04.123.0003.2007.319013 (017) Obrigações Patronais	20.000,00
- 02.02.03.04.122.0006.2009.339030 (035) Material de Consumo.....	10.000,00
- 02.02.03.04.122.0006.2009.339036 (036) Serviços 3º Pessoa Física	15.000,00
- 02.02.03.04.123.0007.2014.319011 (042) Vencimentos e Vant. Fixas.....	50.000,00
- 02.02.03.04.123.0007.2014.319013 (043) Obrigações Patronais	18.000,00
- 02.02.05.04.123.0007.2015.339039 (049) Serviços 3º Pessoa Jurídica	25.000,00
- 02.02.12.15.452.0020.2035.319016 (147) Outras Despesas Variáveis.....	20.000,00
- 02.02.13.17.512.0021.2037.319011 (157) Vencimentos e Vant. Fixas.....	30.000,00
- 02.02.13.17.512.0021.2037.319013 (158) Obrigações Patronais	15.000,00
- 02.02.15.08.243.0024.2040.319011 (180) Vencimentos e Vant. Fixas.....	45.000,00
- 02.02.15.08.243.0024.2040.319013 (181) Obrigações Patronais	20.000,00
	318.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional suplementar aberto pelo artigo anterior serão provenientes de anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

- 02.02.06.10.301.0008.2017.339047 (065) Contribuições Previdenciárias	8.000,00
- 02.02.11.13.392.0016.2032.319011 (124) Vencimentos e Vant. Fixas	18.000,00
- 02.02.11.13.392.0016.2032.339036 (127) Serviços 3º Pessoa Física.....	20.000,00
- 02.02.11.13.392.0016.2032.339039 (128) Serviços 3º Pessoa Jurídica.....	25.000,00
- 02.02.11.27.812.0017.2034.339030 (135) Material de Consumo.....	5.000,00
- 02.02.11.27.812.0017.2034.339036 (137) Serviços 3º Pessoa Física.....	30.000,00
- 02.02.11.27.812.0017.2034.339039 (138) Serviços 3º Pessoa Jurídica.....	35.742,29
- 02.02.12.15.451.0019.2283.339039 (142) Serviços 3º Pessoa Jurídica	30.000,00
- 02.02.12.15.451.0020.1012.449051	10.000,00
- 02.02.12.15.452.0020.2035.319011 (145) Vencimentos e Vant. Fixas.....	30.000,00
- 02.02.13.17.512.0021.2037.319016 (159) Outras Despesas Variáveis.....	10.000,00
- 02.02.14.20.605.0023.2039.339039 (172) Serviços 3º Pessoa Jurídica	20.000,00
- 02.02.15.08.243.0025.2042.339030 (174) Material de Consumo.....	769,50
- 02.02.15.08.243.0025.2042.339030 (175) Serviços 3º Pessoa Jurídica	2.000,00
- 02.02.15.08.243.0025.2043.339039 (179) Serviços 3º Pessoa Jurídica	2.000,00
- 02.02.16.08.244.0024.2044.339039 (191) Serviços 3º Pessoa Jurídica	40.000,00
- 02.02.12.15.452.0020.2035.449052 (208) Equipamento e Mat. Perm	31.488,21
	318.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Saltinho, 11 de Setembro de 2.014.

CLAUDEMIR FRANCISO TORINA
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba e no mural do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho.

ANGELO CESAR ANGELELI
Diretor administrativo

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA

ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO REFERENTE A CARTA CONVITE N.º004/2013

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões do Conselho de Curadores do Bloco Administrativo da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba, reuniu-se a Comissão Especial de Abertura e Julgamento de Licitações, nomeada pelo Ato n.º 020/2014, por seus membros que esta subscrevem, para os trabalhos de abertura das propostas da Carta Convite n.º 004/2014, conforme processo n.º 241/2014, para "Confecções e instalações de cortinas em salas de aulas da FUMEP", tendo como participantes as licitantes: Inter Shopping Com.de Moveis Ltda-ME. representada por Adriano Dourados; Marcio Erik Aguilar Meireles ME(Cortinale Decorações) representada por Marcio Erik Aguilar Meireles; e Pedro Silva Ortiz Cortinas, representada pela Sra. Jaredna Silva. Presente os Srs. Edson Barbosa e Bernadety Padilha. Após, abertura do envelope nº001 (habilitação) e rubricados pelos presentes, e analisado pela Comissão deliberou em habilitar todas as participantes, procedendo abertura do envelope nº02(Proposta), tendo ocorrido empate entre as participantes Inter Shopping Com.de Moveis Ltda-ME. e Marcio Erik Aguilar Meireles ME(Cortinale Decorações), foi solicitado a representante Sra.Jaredna Silva que realizasse o sorteio, o qual foi sorteado a participante Marcio Erik Aguilar Meireles ME(Cortinale Decorações, como vencedora, a Comissão deliberou em encerrar os trabalhos para análise técnica. Publique-se e aguarde-se. Assinam os presentes.

Piracicaba, 15 de setembro de 2014.

Presidente da Licitação
Edson Barbosa

EXTRATO DE CONTRATO

De ordem do Diretor Executivo, faço público, para conhecimento que a Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba, celebrou Contrato, conforme resumo a seguir: CONTRATADO: DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPÉIS E LIVROS S/A OBJETO: Livros diversos para biblioteca da FUMEP. DATA: 25/08/2014.

PRAZO: 90 (noventa) dias; a contar da ordem de serviço. VALOR TOTAL: R\$20.838,12 (vinte mil oitocentos e trinta e oito reais e doze centavos).

PROCESSO: n.º 240/2014. CARTA CONVITE: n.º 003/2014. CONTRATO: n.º 018/2014.

Piracicaba, 12 de setembro de 2014.

ANTONIO CARLOS COPATTO
DIRETOR EXECUTIVO

PROCON

Nos termos da legislação pertinente, em especial a Portaria n.º. 3.672, publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba em 28 de maio de 2.013, relacionamos a seguir todas as DECISÕES FINAIS, HOMOLOGADAS NO ÂMBITO DESTE PROCON, referentes às RECLAMAÇÕES, as quais foram finalizadas no período de 14 de agosto de 2014 a 16 de setembro de 2014, classificadas em Reclamação Fundamentada Atendida, Reclamação Fundamentada Não Atendida, Reclamação Não Fundamentada/Encerrada ou Consulta Fornecida.

As partes poderão recorrer da DECISÃO FINAL, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação da relação a seguir, mediante interposição de RECURSO, o qual deverá estar devidamente acompanhado dos documentos que comprovem suas alegações e sua legitimidade para tal, devendo ser dirigido a PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA.

A Autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, deverá pronunciar-se, motivadamente, pela procedência ou improcedência do RECURSO, devendo essa decisão ser publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba no prazo de 10 (dez) dias, contados da mesma.

Decorrido esse prazo, as RECLAMAÇÕES serão arquivadas definitivamente, quando, então, passarão a integrar o CADASTRO DE RECLAMAÇÃO FUNDAMENTADA DO EXERCÍCIO PERTINENTE.

PROCON-Piracicaba

Reclamação	Consumidor	Fornecedor	Status
01140030730	Simone Juliana Prado Tacedo	Britânia Eletrodomésticos Ltda	Atendida
01140066990	Valdecir Rogeio de Arruda	Marcos Antônio Monteiro Móveis EPP	Atendida
01140043047	Vanessa Grasiela Benedito Bento	Digibrás Indústria do Brasil S.A.	Atendida
01140069100	Wolney da Silva Oliveira	Digibrás Indústria do Brasil S.A.	Não Atendida
01140058653	Priscila Catarina Alcantara de Meneses	Digibrás Indústria do Brasil S.A.	Não Atendida
01140050568	Daniel Richard de Campos	Telefônica Brasil S.A.	Atendida
01140081223	Antonio de Padua Tavares	Sky Brasil Serviços Ltda	Encerrada
01140080789	Jessica dos Santos Moura	Multilaser Industrial S.A.	Encerrada
01140049805	Maria das Angustia Rodrigues de Melo	Companhia Brasileira de Tecnologia Digital	Não Atendida
01140078202	Alexandre Pontes e Costa	Lenovo Tecnologia do Brasil Ltda	Não Atendida
01140063450	Rafaela Segredo Salla	Digibrás Indústria do Brasil S.A.	Atendida

Luciléia Aparecida Piselli Ometto
Procuradora Jurídica

EXTRAVIOS

A empresa LUIS ANTONIO SIMÕES NOSELLAME, sita a Av. Orlândia, 691, Jardim São Francisco, Piracicaba (SP), CNPJ sob nº 08.990.208/0001-07, IE 535.422.129.117; declara para os devidos fins que foi extraviado o Talão de Nota Fiscal 5-A (AIDF nº 598) de nº 001 a 050, sendo que de nº 013 a 050 estavam totalmente em branco.

DIÁRIO OFICIAL

Administração

Gabriel Ferrato dos Santos - Prefeito
João Chaddad - Vice-prefeito

Jornalista responsável

João Jacinto de Souza - MTB 21.054

Diagramação

Centro de Informática
Rua Antonio Correa Barbosa, 2233
Fone: (19) 3403-1031
E-mail: diariooficial@piracicaba.sp.gov.br

Impressão

Gráfica Municipal de Piracicaba
Rua Prudente de Moraes, 930
Fones/Fax: (19) 3422-7103 e 3433-0194

Tiragem: 270 unidades

Diário Oficial OnLine: www.piracicaba.sp.gov.br

DIGA NÃO AO TRABALHO INFANTIL

**NÃO DOE MOEDAS
NOS SEMÁFOROS!**